CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ (02/12)

OVG e Governo de Goiás distribuem mais de meio milhão de brinquedos em todo o Estado

Crianças de todos os municípios do Estado serão presenteadas pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e o Governo de Goiás no Natal do Bem. Serão distribuídos mais de meio milhão de brinquedos nos 246 municípios goianos.

A entrega começa neste sábado, 30 de novembro, pelos municípios de Palestina, Palmelo, Perolândia e Santa Cruz de Goiás. Ao longo da semana que vem, a OVG e o Governo de Goiás realizarão eventos em várias cidades. Muitos vão acontecer na mesma data. No dia 06 haverá entrega de brinquedos em Senador Canedo e Porangatu.

Em Aparecida de Goiânia, os pequenos receberão seus presentes no dia 07 de dezembro, em 11 pontos de distribuição. Em Anápolis, a festa está prevista para o dia 14. Até 21 de dezembro todos os municípios do Estado vão receber os brinquedos.

Na capital a festa de entrega dos presentes será no dia 15, no Ginásio Goiânia Arena, a partir das 8 horas, com a presença do Papai Noel e um grande espetáculo natalino.

O POPULAR (02/12)

POLÍTICA

Aplicação de emendas tem baixa eficácia

AUDITORIA TCU aponta que recursos destinados por deputados e senadores não contribuem para melhorar a vida das pessoas

Recursos destinados por deputados e senadores para financiar obras e programas nas suas bases eleitorais não contribuem para melhorar a vida das pessoas. Na hora em que se decide para onde parte das emendas parlamentares deve ser enviada, necessidades reais da população são ignoradas. Estas são algumas das conclusões de uma auditoria em emendas feitas entre 2014 e 2017 que o Tribunal de Contas da União (TCU) acaba de concluir.

Todos os anos, parlamentares podem decidir onde o governo deve colocar parte dos recursos públicos. Ao todo, cada um tem o direito de apresentar até 25 emendas individuais. O valor muda ano a ano. Em 2020, serão R$ 15,9 milhões por parlamentar, o que significa que o destino de R$ 9,5 bilhões será decidido pelos 513 deputados e 81 senadores do Congresso.

A emenda destinada a custear o 7.º Réveillon Popular de Nova Xavantina (MT), em 2018, ilustra o alerta do TCU para a utilização de investimento público em eventos que não são prioridade. O então deputado Ezequiel Fonseca (PP-MT) enviou R$ 100 mil para a prefeitura realizar a festa com show sertanejo. O Ministério do Turismo autorizou o empenho (promessa de pagamento), mas voltou atrás após a equipe de fiscalização flagrar a venda de espaços para ambulantes.

O TCU encontrou ainda um caso de verba pública que financiou atividades privadas. A Associação Fluminense de Reabilitação, instituição filantrópica que atua na saúde pública, adquiriu com dinheiro de emenda um baropodômetro (equipamento para estudo de pisada e postura) por R$ 20 mil. O equipamento foi usado para atendimento de quem poderia pagar por consulta particular a R$ 420.

"Este caso ilustra uma potencial falta de priorização dos recursos para questões mais prementes da área de saúde, no qual uma entidade privada recebe recursos públicos para a aquisição de equipamento que não é colocado à disposição da população", disseram os auditores.

A Corte de Contas tem entre suas responsabilidades fiscalizar o Legislativo e fazer recomendações para melhora no uso do dinheiro público. Para essa auditoria, os técnicos analisaram uma amostra de 42 emendas em 16 Estados, que englobam 25 obras do Ministério do Desenvolvimento Regional, estimadas em R$ 24 milhões, e compra de 43 equipamentos no valor de R$ 10,3 milhões pelo Ministério da Saúde.

Essas emendas foram apresentadas por deputados da legislatura anterior à atual e executadas até 2017, durante os governos Dilma Rousseff e Michel Temer. Os parlamentares que tomaram posse este ano apresentaram emendas para execução em 2020.

O descompasso entre as propostas dos parlamentares e as necessidades reais do País também tem responsabilidade do governo federal. Pela análise da auditoria, a maior parte dos ministérios não orienta a alocação de recursos. Apenas as pastas de Saúde, Educação, Turismo, Cidadania, Infraestrutura, Ciência e Tecnologia e Mulheres recomendaram para onde os políticos deveriam destinar emendas. Eles podem aceitar ou não. (Agência Estado)

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Transferência

O governo estadual encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei que autoriza a doação de duas áreas que abrigam a Plataforma Logística Multimodal de Anápolis, avaliadas em R$ 38 milhões e R$ 48,1 milhões, respectivamente, à Codego. A ideia é de que a estatal passe a administrar o espaço com o objetivo de atrair empresas.

Conectividade

O governo estadual, por meio das secretarias de Inovação e Educação, prepara ações para levar internet e computador para domicílios com beneficiados pelo Bolsa Família. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2019 mostrou que 82% não têm nenhum dos dois. Entre as famílias que não recebem o benefício, 45% não estão conectadas.

O POPULAR (02/12)

SAÚDE

INTS assume Hugo com 400 servidores a menos

Vandré Abreu
vandre.abreu@opopular.com.br

Começou na noite de sábado a gestão do Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS) no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo). A informação é que cerca de 1,9 mil servidores iniciaram os trabalhos a partir deste domingo sob a nova orientação, o que seria 400 a menos do que o contratado na gestão anterior, segundo o apurado pelo POPULAR em matéria do último dia 30. A organização social substituiu o Instituto Haver, que havia assumido a gestão em novembro do ano passado, depois que o Instituto Gerir pediu rescisão contratual em razão de falta de pagamentos.

À época, a Gerir argumentava que o Estado lhe devia R$ 54 milhões. O Instituto Haver entrou na gestão de modo emergencial, com falta de insumos e paralisia de cirurgias eletivas. Nesta semana, servidores efetivos que estavam lotados da unidade fizeram manifestações e anunciaram que não fariam cirurgias eletivas. O protesto era em razão da troca de lotação dos trabalhadores, já que muitos desejavam permanecer na unidade. Ao todo, 276 servidores foram trocados de lugar.

Na quinta-feira, 13 cirurgias eletivas foram canceladas por conta da paralisação dos servidores. A reportagem procurou o INTS e a Secretaria Estadual de Saúde (SES), mas não obteve resposta sobre a remarcação dos procedimentos cancelados.

De acordo com a assessoria do INTS, cerca de 330 funcionários estaduais "permanecerão nas suas escalas de trabalho, dos quais 111 médicos, e passarão a ser geridos pelo Instituto".

Até a última sexta-feira, não havia definição de quantos servidores atuariam no Hugo a partir de agora, enquanto que se estimava 2,3 mil profissionais sob a gestão do Haver, em que 1,1 mil eram contratados e o restante divididos igualmente entre servidores efetivos do Estado e os terceirizados. O INTS chega com equipe própria de 33 profissionais, sendo 5 cirurgiões, 4 ortopedistas, 6 intensivistas, 1 cirurgião vascular, 2 neurocirurgiões, 3 anestesistas, 3 clínicos geral, 1 nefrologista, 1 pediatra, 4 fisioterapeutas, 2 assistentes sociais e 1 psicóloga.

Além destes, a equipe de administrativos da gestão é formada por 117 trabalhadores. Há ainda a da assistência, com exceção dos médicos, que possui 896 colaboradores entre enfermeiros, fisioterapeuta, psicólogos, fonoaudiólogos, técnicos de enfermagem, entre outros. As áreas administrativas, financeiras e assistencial são compostas por 30 gestores. O complemento do grupo na área médico, que vai se somar aos 111 estatutários, será feito a partir da contratação de sete empresas especializadas, ou seja, serão terceirizados, em todas as especialidades e atuarão com aproximadamente 200 médicos.

A terceirização de profissionais também será feita nas áreas de apoio logístico, em que mais de 300 profissionais foram contratados para atuarem na recepção, higienização, segurança, cozinha, entre outros. Em razão do clima de insatisfação dos servidores na última semana, a nova gestão se apresentou aos profissionais que atuaram no sábado (30) e distribuiu rosas a eles. A ação foi protagonizada pela nova diretora-geral do hospital, Dulce Xavier. O INTS avaliou ainda que o primeiro dia de trabalho foi normal, sem a manifestação de servidores, como chegou a ser esperado no decorrer da última semana.

O primeiro plantão feito já sob a nova gestão foi realizado por 26 enfermeiros, 83 técnicos de enfermagem, 1 técnico de mobilização de gesso, 10 coordenadores de enfermagem e 1 multiprofissional. Ao todo, a assessoria informou que foram realizados quatro procedimentos cirúrgicos entre o início do trabalho e a manhã de ontem.

Divulgação



Nova diretora-geral do Hugo, Dulce Xavier, distribuiu rosas a servidores para amenizar clima de insatisfação

1,9

mil servidores iniciaram os trabalhos sob a nova gestão do Hugo, estrutura menor do que a encontrada pela OS anterior

O HOJE (02/12)

Alego terá último debate sobre LOA

A votação do orçamento que o governo enviou à Assembleia está prevista para acontecer no dia 15 de dezembro, antes do recesso

Raphael Bezerra

Valdir Araújo



Antes de chegar ao plenário da Alego, o orçamento do Estado para 2020 tem de passar pela Comissão de Finanças

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento realiza, na próxima quarta-feira (2), a última audiência pública sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA), a discussão será sediada pela Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Nesta segunda-feira, a penúltima audiência pública será realizada na sede da Câmara Municipal de Posse, às 19 horas, encerrando o ciclo de debates no interior. As audiências públicas que debatem a LOA servem como orientação para os parlamentares e a população para a execução orçamentária do Poder Executivo.

O relatório da LOA está marcado para ser votado na Comissão de Finanças no dia 11. estima as receitas e autoriza as despesas do governo de acordo com a previsão de arrecadação. A LOA visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO.

As audiências estão sendo realizadas em vários municípios goianos com a finalidade de colher dados e informações que servirão para subsidiar a elaboração do relatório da LOA, que consta como a proposição de nº 5891/19. A matéria está sob relatoria do deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos), que é vice-presidente da Comissão.

O evento, que sempre têm lugar na Câmara de Vereadores da cidade que recebe a caravana do Legislativo goiano, conta com a participação de deputados, vereadores, lideranças políticas e representantes da sociedade civil organizada.

Emendas parlamentares foram apresentadas

Na última semana, os técnicos da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento reuniu os 41 parlamentares que apresentaram as emendas no valor de até R$ 4 milhões. Na ocasião, o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), deputado Lissauer Vieira (PSB), falou da importância de receber o secretário de Estado da Saúde, Ismael Alexandrino Júnior, para debater as prioridades da área que comanda na Lei Orçamentária Anual (LOA), para o exercício financeiro de 2020 do Governo estadual. "Os deputados estão imbuídos do firme propósito de apresentar emendas à LOA para beneficiar todas as áreas de atuação do Estado, por isso queremos saber as reais necessidades e prioridades da Saúde", frisou.

Audiências já realizadas

A LOA foi debatida em uma série de audiências realizadas em várias cidades goianas, com o objetivo de colher dados e informações que servirão para subsidiar a elaboração do relatório do orçamento anual.

A primeira audiência foi realizada no dia 4 de novembro, em Morrinhos. A ação itinerante foi realizada na Câmara Municipal da cidade, sob a liderança do vice-presidente da comissão e relator da LOA, deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos).

O segundo debate aconteceu no Sudoeste goiano, na cidade de Rio Verde, no dia 7 deste mês. O presidente da comissão, deputado Karlos Cabral (PDT), comandou o encontro e ressaltou que pela primeira vez na história de Goiás a Assembleia vai a campo para discutir com a população o orçamento do Estado.

Em seguida, a Comissão de Finanças deu voz à população de Porangatu, em audiência realizada no último dia 11. Já no dia 18, foi a vez de os moradores de Águas Lindas contribuírem para a elaboração da LOA. O relator da matéria, deputado Jeferson Rodrigues, destacou que essa série de debates também foi realizada na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Além dos deputados Karlos Cabral e Jeferson Rodrigues, a Comissão tem como membros titulares os parlamentares Helio de Sousa (PSDB), Rubens Marques (Pros), Wagner Neto (Pros), Bruno Peixoto (MDB), Chico KGL (DEM), Cairo Salim (Pros), Talles Barreto (PSDB), Wilde Cambão (PSD) e Henrique Cesar (PSC). **(Especial para O Hoje)**

O HOJE (02/12)

PEC atinge 302 mil pessoas no Estado

Serviços de saúde e educação poderão ser afetados em 95 municípios goianos

Venceslau Pimentel

Ao menos 302 mil pessoas que residem em 95 pequenas cidades goianas poderão perder o status de munícipes, caso o Congresso Nacional aprove a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo.

A propositura de autoria do presidente Jair Bolsonaro (PLS) prevê a extinção de 1.252 municípios em todo o País que não comprovarem a sua sustentabilidade financeira até junho de 2023. Significa que os moradores dessas localidades vão voltar à condição de habitantes de distritos ou povoados subordinados, administrativamente. É que essas pequenas cidades serão incorporadas a algum dos municípios limítrofes, a partir de 1º de janeiro de 2025.

Pela PEC, o município com melhor índice de sustentabilidade financeira será o incorporador. Mas para efeito de apuração da quantidade de habitantes, serão considerados exclusivamente os dados do censo populacional do ano de 2020. Portanto, não haverá mudança de regras no que se refere ao pleito do ano que vem.

De olho nos eleitores dessas localidades – em Goiás são cerca de 150 mil -, políticos se mobilizam para tentar barrar a extinção de municípios.

A mobilização está sendo encampada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que conta com a articulação de entidades regionais. No caso de Goiás, a Associação Goiana dos Municípios (AGM), presidida pelo prefeito de Hidrolândia, Paulo Sérgio de Rezende (PSDB), e a Federação Goiana dos Municípios (FGM), comandada por Haroldo Naves (MDB), prefeito de Campos Verdes.



Presidente da AGM, Paulo Rezende é contra extinção



Presidente da FGM, Haroldo Naves lamenta falta de diálogo

A mobilização começou por Goiás. Paulo Rezende de Haroldo Naves recepcionaram o presidente da CNM, GlademirAroldi, durante audiência pública realizada em Goiânia, na última sexta-feira, promovida pelo senador Luiz do Carmo (MDB). A União dos Vereadores de Goiás foi representada no debate pelo seu presidente, Ricardo Oliveira.

"Extinguir não é a solução", diz o prefeito de Hidrolândia. "O que deve ser feito é criar condições para que esses municípios se desenvolvam e fortaleçam suas economias, defende. Por sua vez, Haroldo Naves lamentou o fato de a proposta do governo Bolsonaro não ter ouvido as entidades que representam os entes federados que poderão ser extintos.

Naves explica que, pela PEC, a sustentabilidade financeira será aferida, com base na arrecadação dos impostos municipais, que deverão corresponder a, no mínimo, dez por cento da sua receita: IPTU, ITBI e ISS. Com base em análise realizada pela Confederação Nacional de Municípios, o presidente da FGM diz que dos 95 municípios goianos que estão na lista negra, apenas três cumprem o critério de sustentabilidade: Pilar de Goiás, Professor Jamil e Rio Quente.

"Na avaliação da FGM, há ainda o equívoco de não considerar o ICMS, o Imposto de Renda e o IPI para cômputo da sustentabilidade desejada. Estes impostos são gerados no território municipal, sendo a competência de arrecadação do Estado, no caso do ICMS, e da União nos demais", sustenta. "A Constituição Federal determina o seu compartilhamento com os municípios, por reconhecer a participação deles na formação desta base tributária".

Na reunião em Goiânia, o presidente da CNM, GlademirAroldi, conclamou a todos para a luta para a manutenção dos pequenos municípios, anunciando mobilização nacional no dia 3 de dezembro. O movimento, segundo ele, pretende pressionar parlamentares para a aprovação de pautas de interesses dos municípios, como a destinação de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a nova lei de licitações. "Quem sabe nós conseguiremos fazer isto avançar até o final do período legislativo, que se encerra na primeira quinzena de dezembro", frisou Aroldi.

O HOJE (02/12)

Proposta acaba com data-base de servidores

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo não se limitar a propor a extinção de pequenos municípios. Ela também altera artigos da Constituição Federal e do Ato das Disposições Transitórias.

O artigo 169 que trata de despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, diz que não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. E prevê a redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, pela redução do valor da remuneração ou pela redução do número de cargo.

Estabelece também a redução temporária da jornada de trabalho, com adequação proporcional dos subsídios e vencimentos à nova carga horária, em, no máximo, 25%, com base em ato normativo motivado de cada um dos Poderes que especifique a duração, a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objetos da medida, bem corno o exercício de outras atividades profissionais por aqueles que forem alcançados por este dispositivo.

A PEC também suprime a obrigatoriedade de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos (data-base). E com a finalidade de evitar o que considera "abusos já constatados no passado", propõe-se a vedação a aumentos/pagamentos a servidores de caráter retroativo e sem lei específica que lhes autorize a concessão e estabeleça o valor ou critério de cálculo do adicional/vantagem/indenização.

A proposta do governo federal propõe ainda a suspensão da progressão e promoção funcional em carreira dos servidores públicos; não correção das emendas parlamentares; redução da jornada de trabalho em até um quarto, com redução proporcional da remuneração. Essa redução deverá ser feita levando em conta o interesse público, centrada em órgãos e funções que não comprometam a prestação de serviço público, mas que possam, temporariamente, contribuir para a redução de gasto de pessoal. **(Especial para O Hoje)**

Caso enel

Rodrigo Maia defende solução imediata, mas cautelosa para situação da Enel em Goiás

novembro 30, 2019 4:05 ··· Por Italo Wolff ···

O presidente da Câmara afirmou que a empresa já foi pior e que funciona em outros estados, mas concorda que não supre demandas de Goiás



Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, se manifestou sobre a possível rescisão de contrato do Governo de Goiás com a companhia de energia italiana Enel, bem como a possível encampação da empresa. O deputado federal reconheceu que a situação é grave e afirmou ter se reunido com empresários goianos queixosos do serviço prestado, e disse estar analisando o que pode ser feito para ajudar no processo.

"Temos que ser transparentes e corretos com a empresa, ou afugentamos o capital privado. Temos um volume enorme de recursos para vir para o Brasil", afirmou Rodrigo Maia, "e se for para o Estado se desfazer da Enel, tem de ser bem feito para não gerar insegurança em outros contratos ou contratos novos que podem vir". O parlamentar carioca afirma entender e concordar com as críticas do governador Ronaldo Caiado (DEM) à empresa.

"O problema é que o modelo de privatização no Brasil está errado, na minha opinião", disse Rodrigo Maia. "Quando se licita uma concessão, ao invés do dinheiro ir para investimentos na área e assim recuperação do sucateamento, a verba vai para o caixa do tesouro do Governo Federal. A população não vive de superávit primário, vive de geração de emprego, que só acontece se a geração de energia estiver funcionando". Para corrigir o problema, Rodrigo Maia afirmou estar trabalhando no projeto de lei nº 3453/08, do Senado Federal, que faz mudanças nas regras para concessões das Parcerias Público-Privadas (PPPs).